



A (DES)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA E A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA E DA SOCIOLOGIA

THE (DES)CONSTRUCTION OF A EUROPEAN IDENTITY AND THE ISSUE OF NATIONAL IDENTITY: CONTRIBUTIONS TO HISTORY AND SOCIOLOGY

LA (DES)CONSTRUCCIÓN DE UNA IDENTIDAD EUROPEA Y EL PROBLEMA DE LA IDENTIDAD NACIONAL: CONTRIBUCIONES DE LA HISTORIA Y LA SOCIOLOGÍA

HERON ABDON SOUZA

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Mestre em Direito pelo Centro Universitário Fluminense, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Introdução Histórica do Direito, Direito Constitucional e Processo Constitucional da Universidade Federal Fluminense, lotado no Departamento de Direito de Macaé do Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé. Vice-Coordenador do Curso de Graduação em Direito. Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação lato sensu de Residência Jurídica em Resolução de Conflitos vinculado ao Departamento de Direito de Macaé/UFF. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ: Jurisdição Constitucional, Políticas Públicas e Democracia; Linha de Pesquisa: Constituição, Internacionalização e Processo. Advogado (OAB/RJ 92610).

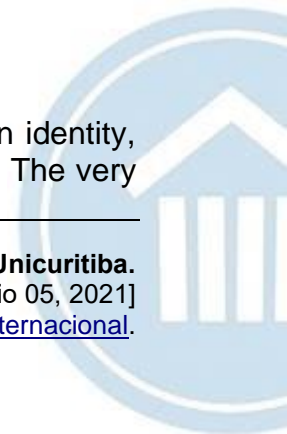
RESUMO

Apesar das tentativas de projeções de referências a um sentimento de pertencimento a uma identidade europeia, a conscientização coletiva continua tendo base eminentemente nacional na Europa. A própria noção de identidade nacional está em crise. O artigo propõe-se a analisar o processo de (des)construção de uma identidade europeia e a questão da identidade nacional sob as perspectivas da História e da Sociologia recorrendo a interdisciplinaridade do fenômeno com o objetivo de ampliar, para além do contexto jurídico, o estudo da atual retomada da discussão do tema motivado pelo intenso fluxo migratório para a Europa a partir de 2015.

Palavras-chave: Europa, História, identidade, imigração, Sociologia

ABSTRACT

Despite attempts to project references to a feeling of belonging to a European identity, collective awareness continues to have an eminently national basis in Europe. The very





notion of national identity is in crisis. The article proposes to analyze the process of (de) construction of a European identity and the question of national identity from the perspectives of History and Sociology using the interdisciplinarity of the phenomenon with the aim of expanding, beyond the legal context, the study of the current resumption of the discussion of the theme motivated by the intense immigration flow to Europe from 2015.

Keywords: Europe, History, identity, immigration, Sociology

RESUMEN

A pesar de los intentos de proyectar referencias a un sentimiento de pertenencia a una identidad europea, la conciencia colectiva sigue teniendo una base eminentemente nacional en Europa. La propia noción de identidad nacional está en crisis. El artículo propone analizar el proceso de (des) construcción de una identidad europea y la cuestión de la identidad nacional bajo la perspectiva de la Historia y la Sociología utilizando la interdisciplinaria del fenómeno con el objetivo de expandirse, más allá del contexto legal, el estudio de la reanudación actual de la discusión del tema motivado por el intenso flujo de inmigración a Europa desde 2015.

Palabras-clave: Europa, Historia, identidad, inmigración, Sociología

1. INTRODUÇÃO

O Império Romano logrou durante muitos séculos o êxito de manter unidos povos europeus sob uma unidade política conhecida como *Pax Romana*, assegurando um longo período de prosperidade que proporcionou um grande desenvolvimento. A nostalgia deste período inspirou várias tentativas, ao longo do tempo, de reconstruir uma unidade europeia.

Carlos Magno foi o primeiro conquistador a ter relativo êxito na reconstrução do Império Romano do Ocidente. No entanto, em 843 foi forçado a aceitar os termos do Tratado de Verdun dividindo as terras que havia dominado.

No século X foi a vez de Oto O Grande. No início do século XIX foi Napoleão Bonaparte quem buscou a unificação europeia. Com sua derrota definitiva formou-se, em 1815, por decisão do Congresso de Viena a Santa Aliança (Prússia, Rússia, Áustria e Reino Unido) transformada posteriormente em Pentarquia com o ingresso da França.





Criava-se, então, um grande diretório com a função de, através de reuniões de periodicidade irregular, exercer o governo de fato da Europa.¹

Saint-Pierre defendia uma associação federativa de Estados europeus instituída contra a hegemonia absolutista de Luís XIV.² Kant posicionou-se a favor de uma organização federal da Europa com Estados republicanos, defendeu a formação de um congresso permanente e uma aliança voluntária que pudesse levar à formação de uma federação europeia.³

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), restabelecida a paz, não tardaram a aparecer novas propostas de união. Em 1924 foi lançado o Manifesto Pan-Europeu pelo diplomata austríaco Conde Coudenhove-Kalergi que pretendia reunir todos os Estados democráticos do continente (com exceção da Grã-Bretanha) num agrupamento político e econômico internacional.⁴ Posteriormente, em 1929, o Presidente do Conselho de Ministros da França, Aristide Briand, pronunciou um discurso na sede da Sociedade das Nações, em Genebra, propondo a criação de um vínculo federal entre os Estados.⁵

As vozes integracionistas não foram ouvidas, ideologias fascistas foram fomentadas e, em 1939, deflagrou-se a Segunda Grande Guerra Mundial.

Um dos marcos integracionistas do cenário pós-guerra foi o discurso de Winston Churchill, pronunciado em 19 de dezembro de 1946, na Universidade de Zurique. Nessa ocasião, o Primeiro-Ministro inglês preconizou a reconciliação entre França e Alemanha como o grande passo a ser dado para a reconstrução europeia.⁶

As ideias de Churchill foram bem recebidas e vários movimentos engajados na ideia da integração europeia começaram a aflorar. Ele próprio fundou, na Grã-Bretanha, o Movimento da Europa Unida. Na França foi criado o conselho francês para a Europa

¹ MELLO, Celso Albuquerque. Direito Internacional da Integração. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

² SAINT-PIERRE, Abbé de. Projeto para tornar perpétua a paz na Europa. Brasília: IPRI/FUNAG, Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2003.

³ KANT, Immanuel. À Paz Perpétua e outros opúsculos, Lisboa: Edições 70, 1990.

⁴ Coudenhove-Kalergi publicou, em 1939, o livro A Europa Unida para denunciar os “Estados Desunidos da Europa” e, em 1941, fundou na Universidade de Nova York o Seminário de Pesquisa da Federação Europeia do Após-Guerra.

⁵ RODRIGUES, Eduardo Raul Lopes. O essencial da política de concorrência. Disponível em: <http://elicarv.files.wordpress.com/2009/03/livro_ina.pdf>. Acesso em 22/06/2020.

⁶ CEREXHE, Etienne. O Direito Europeu – as instituições. Lisboa: Editorial Notícias, 1985. pp. 12 e 13.





Unida. Nesse contexto foi criada uma organização internacional com o objetivo de reunir e coordenar as diversas manifestações: o Comitê Nacional de Coordenação para a Europa Unida sob presidência de Duncan Sandys que viria a propor a realização de um Congresso da Europa, o qual ocorreu em maio de 1948 em Haia.

Os laços entre os Estados europeus estreitavam-se cada vez mais. Em 9 de maio de 1950, o Ministro das Relações Exteriores francês, Robert Schumann, sob a influência de um dos maiores ativistas da integração (Jean Monet), pronunciou seu célebre discurso que pode ser considerado como o marco do direito comunitário: “A Europa não se fará de um só golpe, nem de uma construção de conjunto: ela se fará por realização concretas, criando inicialmente uma solidariedade de fato.”⁷

Apesar das tentativas de projeções de referências a um sentimento de pertencimento a uma identidade europeia, a conscientização coletiva continua tendo base eminentemente nacional na Europa. A própria noção de identidade nacional está em crise.

O artigo propõe-se a analisar o processo de (des)construção de uma identidade europeia e a questão da identidade nacional sob as perspectivas da História e da Sociologia recorrendo a interdisciplinaridade do fenômeno com o objetivo de ampliar, para além do contexto jurídico, o estudo da atual retomada da discussão do tema motivado pelo intenso fluxo imigratório para a Europa a partir de 2015.⁸

Alguns problemas se impõem a investigar: Existe uma identidade europeia? Qual é o significado de “ser europeu”? Como construir uma identidade europeia sem ponderar, prévia e necessariamente, sobre a questão da identidade nacional?

⁷ CAMPOS, João Mota de: Direito Comunitário, Lisboa, 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I, 1989. p.90.

⁸ Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) chegaram à Europa (refugiados e imigrantes): 2015 (1.032.408), 2016 (373.652), 2017 (185.139), 2018 (141.472) e 2019 (123.663)

Disponível em https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean#_ga=2.138302067.2130154438.1592689225-1198640468.1592689225. Acesso em 20/06/2020. Para Zygmunt Bauman, refugiados são “os sem-Estado, os *sans-papiers*-, os desterritorializados num mundo de soberania territorialmente assentada.” (BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.46).





2. A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A questão da identidade é um dos principais temas de reflexão sociológica atualmente. Nesse sentido, Zygmunt Bauman afirma que a

[...] súbita centralidade do 'problema da identidade', tanto nos debates intelectuais quanto na consciência comum, um dilema sociológico dos mais intrigantes. É realmente um dilema e um desafio para a sociologia se você se lembrar de que, há apenas algumas décadas, a 'identidade' não estava nem perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica. Atualmente, no entanto, a 'identidade' é o 'papo do momento', um assunto de extrema importância e em evidência.⁹

Na seara econômica, a globalização impõe aos países que tomem decisões cada vez menos autônomas na defesa de seus próprios interesses. Para Bauman:

A globalização atingiu agora um ponto em que não há volta. Todos dependemos uns dos outros, e a única escolha que temos é entre garantir mutuamente a vulnerabilidade de todos e garantir mutuamente a nossa segurança comum. Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos juntos.¹⁰

O conceito de identidade relaciona-se com diversas dimensões: histórica (nacionalismo), sociológica-cultural (consciência coletiva e pertencimento), filosófica (o ser-uno) e geográfica (fronteiras).¹¹ Nesse sentido, Joan Nogué Font e José Vicente Rufí lecionam: "A ideia de identidade não está apenas associada a características tais como sexo e origem étnica, mas também ao espaço geográfico e cultural [...]".¹²

O nacionalismo vem sendo utilizado como poderoso instrumento político disseminador do ódio.¹³ É definido por Marco Antonio Pamplona como um

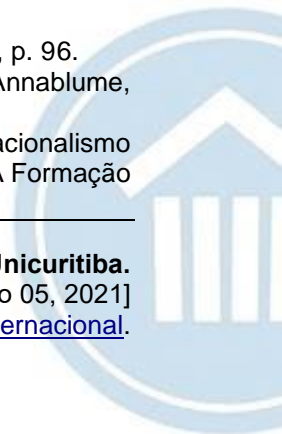
⁹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 22-23.

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.95.

¹¹ PFETSCH, Frank R.A União Europeia: história, instituições e processos. Brasília: UnB, 2001, p. 96.

¹² FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. Geopolítica, identidade e globalização. São Paulo: Annablume, 2006, pp.38-40.

¹³ Alerta Craig Calhoun que o nacionalismo é "verdadeiro e poderoso" (CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H (Coords.). Nacionalismo no Novo Mundo: A Formação de Estados-Nação no Século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.39).





[...] 'sentimento de identidade coletiva', ou de entendimento comum e partilha de valores, experimentado entre pessoas que [...] talvez nunca se encontrem ou se conheçam, mas estão persuadidas de que pertencem todas a uma dada 'comunidade de espíritos irmanados'¹⁴

A interpretação do período que compreende o declínio do Império Romano e as invasões bárbaras se tornou o sustentáculo do discurso político segregacionista na maior parte da Europa. Nas lições de Jacques Le Goff extrai-se a motivação do uso político do medievo: a "Idade Média, do século V ao XV, viu a formação na Europa dos elementos mais importantes para a constituição de uma comunidade europeia [...]: o feudalismo."¹⁵

A retórica dos líderes nacionalistas transcende os campos teórico-acadêmicos e passa a ser uma práxis política de convencimento de massa. Trata-se de uma jornada em busca do "cidadão zero".¹⁶ Apropriam-se da História e propagam uma conveniente releitura para justificar o monopólio político de um determinado grupo étnico.

Na França, Jean Marie Le Pen, ex-presidente da Frente Nacional (partido de extrema direita fundado em 1972) recorreu a História em seus pronunciamentos: "Clovis I, rei dos francos, que, no século VI, unificou e cristianizou a França. 'É este o caminho (o batismo de Clovis)'"¹⁷ Le Pen manipula os fundamentos históricos já que

[...] o chefe franco, Clóvis, parte de Tournai, na atual Bélgica, instala-se em Soissons, converte-se ao cristianismo, expulsa os visigodos da Espanha, destrói o reino dos burgúndios - que deram seu nome à Borgonha -e, então, escolhe Paris como capital.¹⁸

¹⁴ PAMPLONA, Marco Antonio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Orgs). O século XX - O tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalizações. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 187-188.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, pp.74-75.

¹⁶ Expressão aqui utilizada como analogia a expressão médico-epidêmica "paciente zero".

¹⁷ ZÚQUETE, José Pedro. Missionary Politics in Contemporary Europe. p.36. No original: "(...) Clovis I, the King of the Franks who, in the sixth century, unified and Christian France. 'Is this way (the baptism of Clovis)'"

Disponível em http://books.google.com.br/books?id=7HsXCJBRZS8C&pg=PA36&dq=%22le+pen%22+%22clovis%22&hl=ptBR&ei=1rC0TtmfK4vBtgeo7azqAw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC4Q6AEwAA#v=onepage&q=%22le%20pen%22%20%22clovis%22&f=false. Acesso em 24/06/2020.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.60.





Trata-se de uma pseudo-história. Essa é a opinião de Jacques Le Goff que condena o uso da História como instrumento de captação do sentimento xenófobo. Para o historiador francês deve-se

[...] evitar que se manipule a história forjando mitos nacionalistas. A História não deve ser um fardo a ser carregado ou uma má conselheira que legitima a violência. Com o tempo ela deve trazer a verdade, servir ao progresso.”¹⁹

Os fantasmas do nacionalismo e do etnocentrismo, que supostamente já haviam sido exorcizados da Europa, retornaram após décadas de inatividade. Walter Laqueur avalia o fenômeno numa perspectiva macro:

[...] o que era considerado um problema menor em nível local vai se tornando um tema político relevante, ainda mais quando cresce a resistência por parte da população nativa, que se ressentem de estar virando estrangeira em suas próprias pátrias.²⁰

Na década de 1990 ocorreu o rompimento do sistema totalitário na Iugoslávia e o ressurgimento de Estados e os lêmures do nacionalismo e do etnocentrismo. Os Bálcãs foram palco de guerra civil.²¹ Para Immanuel Wallerstein a:

[...] divisão da Iugoslávia entre as repúblicas que a constituíam levou a uma série de guerras, ou quase-guerras, nas quais a luta pela independência se vincula à política de ‘purificação étnica’. Havia muito tempo, as repúblicas que constituíam a antiga República Federal Socialista da Iugoslávia mostravam clara ênfase étnica, mas todas também tinham minorias nacionais importantes. Assim, quando se dividiram em Estados separados, processo que durou alguns anos, houve pressão política interna considerável, em cada uma delas, para reduzir ou remover por completo as minorias étnico-nacionais dos novos Estados soberanos. Isso levou a conflitos e guerras em quatro das antigas repúblicas iugoslavas: Croácia, Bósnia, Sérvia e Macedônia. A história de cada uma foi muito diferente, assim como seu resultado. Mas em todas a purificação étnica tornou-se questão fundamental.²²

¹⁹ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.132-133.

²⁰ LAQUEUR, Walter. Os últimos dias da Europa: Epitáfio para um velho continente. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007, p.22.

²¹ A região dos Bálcãs é composta pelos seguintes países: Eslovênia, Croácia, Bósnia, Sérvia, Montenegro, Albânia, Macedônia e Bulgária.

²² WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007, p.47.





Sérvios, croatas, bósnios, kosovares e chechenos invocaram o princípio da autodeterminação de seus povos para a constituição de um território etnicamente homogêneo. Essa ação foi denominada por Pamplona como “limpeza étnica”. Constatou o historiador o uso político do nacionalismo:

Esses são os nacionalismos que contribuem para justificar macabras ‘limpezas étnicas’, realizadas tanto em tempos de guerra como de paz. Tal utilização política ampliada a ideia de nação destoa bastante da própria clareza analítica do conceito.²³

Para Tony Judt, quanto aos novos Estados do Leste Europeu e seus povos restava, nessa trajetória de inclusão na nova Europa, “reivindicar, ainda que débil e melancolicamente, um futuro comum.”²⁴

A unificação das Alemanhas Ocidental e Oriental, com a presença de imigrantes do leste, afetou profundamente a maneira como os alemães compreendem uns aos outros. As diferenças eram conhecidas e tratadas com desprezo pelos “ocidentais” que, com a unificação, ficaram perplexos com os “mais de um trilhão de euros em repasses e subsídios, entre 1991 e 2004”²⁵, aos “orientais”. Esses repasses de receitas públicas geraram tensões entre aqueles que estavam acostumados ao Welfare State. Nesse sentido, assevera Manuel Castells que um desmantelamento potencial do Estado do bem-estar social provocou uma reação popular generalizada contra os políticos e contra o Estado europeu.²⁶

Essa ação provocou, segundo Patrick Geary, duas reações que motivaram duas perguntas com conhecidas terríveis consequências: o renascimento da violência racista nas cidades ocidentais e a retomada do debate sobre quem tem o direito de desfrutar da prosperidade alemã. Quem é alemão? Um imigrante pode se tornar alemão ou seria a identidade alemã uma questão de sangue ou de raça?²⁷

²³ PAMPLONA, Marco Antonio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Orgs). O século XX - O tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalizações. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 194.

²⁴ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 741.

²⁵ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.744.

²⁶ CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.400.

²⁷ GEARY, Patrick J. O mito das nações. A invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Livros, 2005.p.15.





Em agosto de 2010 foi lançado o livro *Deutschland schafft sich ab*²⁸, de autoria do ex-Conselheiro do Banco Central da Alemanha Thilo Sarrazin. A obra, que se tornou o maior êxito editorial do país desde *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, defende que o imigrante é a causa de um desequilíbrio na proliferação da inteligência na Alemanha.²⁹ Josef Fontana identificou essa inconcebível relação raça e inteligência nas palavras de Voltaire. O pensador francês “não teve embaraço em dizer que a ‘raça dos negros é uma espécie de homem diferente da nossa [...] ‘Pode-se dizer que, se sua inteligência não é de outra espécie que nosso entendimento, é muito inferior.’”³⁰

Não se trata de uma releitura da conjunta histórica alemã das décadas de 1930 e 1940 pois, como destaca Judt, o discurso segregacionista não é, especificamente, contrário aos judeus, mas aos “árabes, [...] turcos, hindus, paquistaneses, bangladeshianos, senegaleses e outras minorias [...]”.³¹

Em 2015, uma declaração da Primeira-Ministra alemã, Angela Merkel, caracteriza a postura institucional de exclusão do imigrante. A Chanceler disse a uma menina palestina que “A Alemanha não poderia acomodar todas as pessoas que estavam esperando por uma vida melhor no país.”³²

O dilema alemão é de grande visibilidade por ser o país que mais intimamente se envolve com o processo de transformação da Europa. Nesse sentido, Manuel Castells afirma que o “hino extra-oficial da União Europeia (‘Ode à Alegria’, de Beethoven) é universal, porém seu sotaque alemão poderá tornar-se mais marcante.”³³

Na França, a presença de milhares de muçulmanos - descendentes do norte da África e imigrantes legalizados ou clandestinos - está promovendo uma revisão da

²⁸ Livre tradução: A Alemanha caminha para sua ruína.

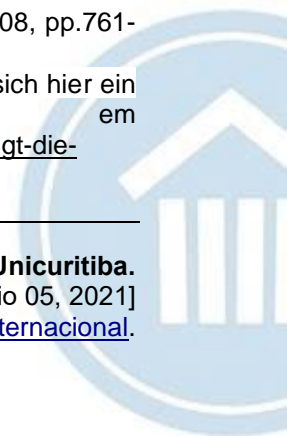
²⁹ FREY, Peter. Revista Consultor Jurídico. Alemanha é dos países mais tolerantes da Europa. 17 de junho de 2011. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2011-jun-17/ideias-milenio-peter-frey-jornalista-diretor-tv-zdf-alemanha>>. Acesso em 23/06/2020.

³⁰ FONTANA, Josef. A Europa diante do espelho. Bauru: Edusc, 2005, p.114.

³¹ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.761-762

³² Livre tradução. No original: “Dass Deutschland nicht alle Menschen aufnehmen könne, die sich hier ein besseres Leben erhofften” Disponível em <<http://www.welt.de/politik/deutschland/article144134944/Fluechtlingsmaedchen-Reem-verteidigt-die-Kanzlerin.html>> . Acesso em 17/06/2020.

³³ CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.433.





identidade nacional. Nesse cenário está em vigor a lei nº 2010-1192, de 07 de outubro de 2010, que proíbe o uso de véus islâmicos em lugares públicos (com exceção dos cultos abertos) em nome do princípio republicano da separação entre Igreja e Estado, e impõe uma multa de 150 Euros para quem os utilize.³⁴

Nesse diapasão, Pierre Bourdieu expõe uma experiência empírica na década de 1990:

Em 3 de maio de 1995 foi publicado no Jornal Libération texto assinado por Jean-Pierre Alaux e Pierre Bourdieu apresentando o balanço da pesquisa do GEPEF - Grupo de Exame dos Programas Eleitorais sobre os Estrangeiros na França com os oito candidatos à eleição presidencial. Vejamos: A questão do estatuto que a França atribuiu aos estrangeiros não é um “detalhe” [...] se impôs pouco a pouco como uma questão central, terrivelmente mal formulada, na luta política. Convencido de que era fundamental obrigar os diferentes candidatos republicanos a se expressar claramente sobre essa questão, o [...] GEPEF fez uma experiência cujos resultados merecem ser conhecidos. Diante da interrogação que lhes foi colocada, os candidatos se omitiram - à exceção de Robert Hue e Dominique Voynet, que fizeram dela um dos temas centrais de sua campanha [...], Edouard Balladur enviou carta enunciando generalidades sem relação com as nossas 26 perguntas. Jacques Chirac não respondeu a nosso pedido de entrevista. Lionel Jospin deu procuração a Martine Aubry e Jean-Christophe Cambadélis, infelizmente tão pouco esclarecidos quanto esclarecedores sobre as posições do seu candidato. Não é preciso ser um gênio para descobrir em seus silêncios e seus discursos que eles não têm grande coisa a opor ao discurso xenófobo que, há anos, trabalha para transformar em ódio as desgraças da sociedade, o desemprego, a delinquência, a droga, etc.³⁵

Os Estados nacionais europeus estão num impasse em assumirem-se como terras de imigração ou reservarem os benefícios de suas cidadanias apenas aos “verdadeiros” nacionais. Analisando especificamente a questão da identidade britânica, destaca Eric Hobsbawm que:

Até os anos 60, o ‘ser britânico, em termos de lei e administração, era um simples assunto de ter nascido de pais ou parentes britânicos, ou sem solo britânico, ter

³⁴ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. CASE S.A.S. v. FRANCE. (Application no. 43835/11) JUDGMENT. STRASBOURG. 1 July 2014. Disponível em <

³⁵ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp.25-26





casado com um cidadão britânico ou ser naturalizado. Hoje em dia isso está longe de ser um assunto simples.³⁶

A questão da identidade vincula o indivíduo a uma coletividade e coloca-o diante do espelho pois ao “contemplar e conviver com outras identidades culturais, este cidadão vê-se inevitavelmente exposto a checar a sua própria identidade, a compará-la com a dos demais.”³⁷ Nesse sentido, Frank Pfetsch identifica que há vários pontos de referência e níveis de lealdade na medida que a identidade começa pelo indivíduo e sua família ou demais parentes (identidade pessoal/grupal) e pode ampliar-se até alcançar, no âmbito político, à comunidade (identidade local/regional), o país (identidade nacional) ou mesmo toda a Europa (identidade europeia).³⁸

Há um longo caminho a percorrer pois as identidades locais, regionais e nacionais mostram-se mais sólidas do que a identidade europeia. Nesse diapasão, Manuel Castells assevera que

[...] se a identidade permanecer exclusivamente nacional, regional ou local, a integração europeia talvez não vá além dos limites de um mercado comum, paralelo às zonas de livre comércio constituídas em outras regiões do mundo. Em uma perspectiva de longo prazo, a unificação europeia requer uma identidade europeia. Todavia, a noção de identidade europeia é, na melhor das hipóteses, problemática.³⁹

3. A DES(CONSTRUÇÃO) DA IDENTIDADE EUROPEIA

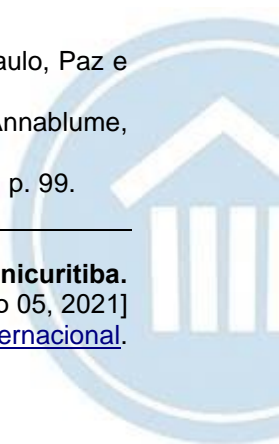
Na passagem do século XX para o século XXI, quando os europeus ocidentais pensavam a respeito do futuro da Europa seu foco se voltava quase inteiramente para a programação das reformas econômicas e financeiras iniciadas em 1993 com o Tratado de Maastricht. Segundo dados da Comissão Europeia “2,5 milhões de novos postos de

³⁶ HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade: São Paulo, Paz e Terra, 1990, p.212 e 214.

³⁷ FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. Geopolítica, identidade e globalização. São Paulo: Annablume, 2006, pp.38-40.

³⁸ PFETSCH, Frank R.A União Europeia: história, instituições e processos. Brasília: UnB, 2001, p. 99.

³⁹ CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.407.





trabalho foram criados desde 1993, gerando uma riqueza adicional de mais de 800 bilhões de euros.”⁴⁰

Entretanto, como leciona Walter Laqueur, deve-se considerar os recuos identificados cinco anos após a aurora de 2000 pois não houve o tão esperado salto de qualidade já que o avanço fora muito limitado.⁴¹

Aguardava-se, mesclando esperança e hesitação, a unificação monetária, eliminação das tarifas internas e a livre circulação dos cidadãos. Contudo, de modo geral, os Estados da Comunidade avaliaram os problemas enfrentados pela Europa sob uma perspectiva particularmente limitada. Tinham uma visão notadamente provinciana dos elementos que constituíam a Europa. Nesse diapasão, leciona Jacques Le Goff que:

[...] a Europa não deve ser dominada somente pela economia, pelo dinheiro, pelos negócios, pelos interesses materiais. Ela deve ser uma Europa [...] mais justa que lute contra as desigualdades, contra o desemprego e a exclusão, males que os europeus não conseguirão eliminar senão juntos.⁴²

O próprio nome da organização traía a confortável miopia que a configuração política do pós-guerra havia possibilitado. A “Comunidade Europeia” não era o que seu nome sugeria pois, de fato, era uma “Comunidade da Europa Ocidental” que, para Eric Hobsbawm, era um conceito perigoso que deliberadamente excluiu partes do continente geográfico haja vista que a inclusão da Grécia já havia gerado problemas consideráveis.⁴³

Para os países do oeste europeu, a “Europa” terminava na chamada Cortina de Ferro. Por trás dela estavam os Estados do Pacto de Varsóvia⁴⁴ que eram irrelevantes para os interesses econômicos da Comunidade. Não faziam falta e, segundo Tony Judt, “aprisionados a leste” não atrapalhavam a prosperidade dos cidadãos da Europa Ocidental “livres de qualquer obrigação de lidar com a pobreza e com o atraso [...]”.⁴⁵

⁴⁰CARNEIRO, Cynthia Soares. O Direito da Integração Regional. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2007, pp. 87 e 88.

⁴¹ LAQUEUR, Walter. Os últimos dias da Europa: Epitáfio para um velho continente. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007, p. 25.

⁴² LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.166.

⁴³ HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.235-236.

⁴⁴ Membros: Albânia (retirou-se em 1968), Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã, Romênia e União Soviética.

⁴⁵JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.738.





Nessa “pequena Europa” os velhos problemas do nacionalismo, da competição econômica e tensões sociais pareciam, se não inteiramente resolvidos, controláveis.

Movimentos separatistas na Irlanda do Norte, na Córsega e no norte da Espanha continuavam derramando sangue, mas eram limitados e geograficamente isolados. Em outros lugares, como no Tirol do Sul, na Bretanha e na Catalunha, os movimentos micronacionalistas da década de 1970 haviam se transformado em atrações turísticas folclóricas. Até mesmo os antagonismos entre valões e flamengos, na Bélgica, haviam enfraquecido, enquanto Bruxelas se afirmava como capital da Comunidade.

A Inglaterra, notoriamente desconfiada à uma comunidade europeia, continuava indecisa em relação à sua integração ao continente enquanto o Eurotúnel prometia uni-la à França para acabar de vez com o seu isolamento geográfico e psicológico.⁴⁶ O engajamento da Inglaterra no processo era necessário, mas, para isso, segundo Le Goff, os ingleses precisavam de ajuda para “serem mais europeus”.⁴⁷

Após décadas de dependência econômica e militar dos Estados Unidos, a Comunidade Europeia estava prestes a emergir como uma parceira em condições de igualdade em assuntos internacionais. No admirável “mundo novo” que seria a Europa a partir da década de 1990 não havia espaço para os antigos problemas do nacionalismo.

O colapso da Cortina de Ferro revelou uma Europa vasta que se estendia até os montes Urais. O entusiasmo das democracias ocidentais logo se transformou em desalento quando ondas provocadas pelos abalos políticos de Moscou alteraram a paisagem geopolítica da Europa.

A União Soviética esfarelou-se em Repúblicas autônomas, muitas das quais não eram mais estáveis do que a própria União da qual buscaram se livrar. Marco Antonio Pamplona e Tony Judt avaliam o fenômeno.

⁴⁶ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.745.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, pp.163. Registre-se que o Reino Unido saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt>. Acesso em 20/06/2020.





Para Pamplona a desintegração da União Soviética foi o último grande surto de criação de Estados-nações que marcou a década de 1990 e fomentou um nacionalismo com formas excessivamente violentas.⁴⁸

Já Judt restringe, inicialmente, sua análise a principal ex-República Socialista Soviética: a Rússia. Segundo o historiador inglês, o ingresso da Rússia na União Europeia não era cogitado pois, num primeiro momento, “as autoridades russas mostravam-se mais interessadas em construir oleodutos e vender gás para a UE do que nela ingressar.”⁴⁹ Destaca que os russos, mesmo aqueles “que residiam em cidades ocidentais [...] não se consideravam europeus [...] pois [...] quando viajavam para o oeste, diziam (a exemplo dos ingleses) que iam para a ‘Europa’”⁵⁰. Conclui Judt, ampliando o debate histórico, que quando “o comunismo caiu e a União Soviética implodiu, levaram consigo não apenas um sistema ideológico, mas as coordenadas políticas e geográficas de todo um continente.”⁵¹

O Pacto de Varsóvia foi substituído por governos cambaleantes em face de conflitos étnicos e à procura de um lugar na (Nova) Ordem Europeia que teve que se adaptar a esses novos atores em seu palco. Essa é a opinião de Judy ao afirmar que “Depois de 1989, entretanto, a Europa Ocidental próspera e pós-política viu-se, novamente, diante da irmã gêmea oriental, e o conceito de ‘Europa’ precisou ser repensado.”⁵²

A convivência harmônica de culturas diversas no espaço europeu implica, por princípio, tolerância e exclusão dos fundamentalismos.⁵³ O ingresso na União Europeia atende a critérios de conveniência neste sentido.

⁴⁸ PAMPLONA, Marco Antonio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Orgs). O século XX - O tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalizações. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 197.

⁴⁹ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.751-752.

⁵⁰ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.751-752.

⁵¹ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 737.

⁵² JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.739.

⁵³ “As três grandes religiões - cristianismo, islamismo e judaísmo - têm, todas elas, os seus fundamentalismos.” (BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.92)





Segundo Hobsbawn, a Europa é “um clube, cuja filiação está aberta apenas a candidatos garantidos como convenientes pelo conselho do clube [...]”.⁵⁴ O debate sobre esta “conveniência” circunda o potencial ingresso da Turquia no “clube”.⁵⁵ A doutrina europeia se divide quanto ao “fator islâmico” como elemento impeditivo do ingresso da Turquia na União Europeia.

Um fracasso das negociações de adesão da Turquia como membro da União Europeia não poderá ser pautado, segundo Le Goff, na “questão religiosa”, pois a “Europa é laica e a Turquia é, como a Tunísia, o mais laico dos países muçulmanos.”⁵⁶ Walter Laqueur também analisa o ingresso da Turquia com laicidade pois

[...] mesmo os islamitas turcos, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), nem de longe são tão extremados quanto a Fraternidade Muçulmana, o próprio fato de que o partido apoiou a entrada na Europa indica essa direção. (Recentemente foi inaugurado um museu de arte moderna ocidental em Istambul).⁵⁷

Já o temor por uma “islamização” da Europa está presente, de forma explícita, nas doutrinas de Pierre Manent e Tony Judt.

Manent alerta que “É-nos necessário reaprender a falar politicamente da religião.”⁵⁸ Esta também é a opinião de Judt:

[...] os verdadeiros impedimentos eram de outra natureza. Se a Turquia entrasse para a UE, a fronteira externa da União seria contígua à Geórgia, à Armênia, ao Iraque e a Síria. [...] E à medida que a Europa expandia suas fronteiras, mais gente acreditava (inclusive os redatores do documento constitucional de 2004) que a União deveria definir o território comum. Isso, por sua vez, induziu vários políticos, na Polônia, Lituânia, Eslováquia e em outros locais, sem falar no Papa polonês, em Roma - a tentar inserir no preâmbulo de um novo texto constitucional europeu um lembrete de que a Europa fora, no passado, a Europa cristã.[...] Seja lá o que for, os turcos, certamente, não eram cristãos.⁵⁹

⁵⁴ HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.237

⁵⁵ Atualmente a Turquia está na condição de “país candidato”. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt>. Acesso em 20/06/2020.

⁵⁶ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.165.

⁵⁷ LAQUEUR, Walter. Os últimos dias da Europa: Epitáfio para um velho continente. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007, p. 191-192.

⁵⁸ MANENT, Pierre. A Razão das Nações: Reflexões sobre a Democracia na Europa. Lisboa: Edições 70, 2008, p.57.

⁵⁹ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.753-754.





Entretanto, há unanimidade nas doutrinas de Le Goff, Laqueur, Manent e Judt em afirmar que o ingresso da Turquia na União Europeia é inoportuno.

Le Goff crê que “nem a geografia, nem a história, nem seu comportamento político atual (em particular sua dominação sobre os curdos) justificam sua próxima entrada.”⁶⁰

Para Laqueur a “renda per capita da Turquia ainda é pouco mais de quatro mil dólares, muito menor do que em outros países europeus, e teme-se que isso possa causar um fluxo ainda mais maciço de turcos para a Europa.”⁶¹

Manent destaca que é “claro que o facto de se tratar de um grande país muçulmano teria consequências enormes sobre a liberdade de ação da União, tanto no seu interior como no exterior, e é, portanto, um dos principais fatores.”⁶²

Judt afirma que há “bons motivos para se proceder com cautela: as prisões turcas [...] e a inadequação dos códigos civil e econômico.”⁶³

A história da Europa é caracterizada pelas aproximações e afastamentos de seus povos, pela história de suas organizações que desde meados do século XX proclamam uma Europa “unida na diversidade”⁶⁴ e pelos desafios que se apresentam na atualidade.⁶⁵

Hobsbawn defende que o “fato de que a Europa seja naturalmente um constructo não significa que não existisse ou não exista. Sempre houve uma Europa, desde que os antigos gregos lhe deram um nome.”⁶⁶. Jacques Le Goff explica a origem etimológica:

⁶⁰ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.165.

⁶¹ LAQUEUR, Walter. Os últimos dias da Europa: Epitáfio para um velho continente. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007, p. 191-192

⁶² MANENT, Pierre. A Razão das Nações: Reflexões sobre a Democracia na Europa. Lisboa: Edições 70, 2008, pp.55-57.

⁶³ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.753-754.

⁶⁴ Lema da União Europeia. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/motto_pt>. Acesso em 20/06/2020. Tarefa de extrema dificuldade como assevera Manuel Castells: “(...) o teor real dessa unificação e os atores nela envolvidos ainda não estão claros e continuarão assim por algum tempo. É exatamente essa ambigüidade que possibilita a unificação e ao mesmo tempo caracteriza seu processo mais como debate que como plano já elaborado por completo.” (CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.385).

⁶⁵ Nesse sentido: “(...) a Europa não é algo que se descubra, mas uma missão – algo a ser produzido, criado, construído. E é preciso muita engenhosidade, sentido de propósito e trabalho duro para realizar essa missão. Talvez um trabalho sem fim, um desafio eternamente a ser vencido, uma expectativa jamais alcançada.” (BAUMAN, Zygmunt. Europa: Uma aventura inacabada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.8).

⁶⁶ HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 234.





A Europa é invenção dos gregos. O poeta Hesíodo (fim do século VIII e começo do século VII a.C) foi o primeiro a empregar esse nome, e o célebre Heródoto, o 'pai da história', no século V a.C., escreveu: 'Quanto à Europa, parece que não se sabe de onde veio esse nome e nem quem deu'. Todavia, uma lenda nasceu. Em Tiro, na margem asiática do Mediterrâneo (atualmente no Líbano), havia uma princesa que se chamava Europa. Era a filha do Rei Agenor. Certa noite, ela teve um sonho: duas terras, sob o aspecto de duas mulheres, brigaram por sua causa. Uma, a 'Terra da Ásia' queria ficar com ela; a outra, a 'Terra da Frente', queria levá-la para o mar, sob a ordem do rei dos deuses, Zeus. Quando acordou, a princesa foi colher flores à beira-mar. Um touro poderoso, mas gentil, surgiu das vagas e conseguiu que a princesa montasse em seu dorso. Depois, ele voou e lhe revelou que era Zeus metamorfoseado em animal. Ele a levou para uma grande ilha, Creta. Uniu-se a ela, tornando-a 'mãe de nobres filhos' (...) Esse continente já tem um nome, mas que rumo a sua história vão tomar? Ele irá, como a princesa lendária que lhe deu o seu nome, tornar-se uma pessoa, ou seja, construir uma unidade? Ou, pelo contrário, vai continuar um mito, um sonho distante da realidade de povos múltiplos e diversos, um continente feito de europeus sem Europa?⁶⁷

Bauman aproxima-se desta questão quanto à identidade de "ser europeu". Para o sociólogo seu significado não está na Carta da Identidade Europeia aprovada em 28 de outubro de 1995 no 41º Congresso da União, pois manifesta, "flagrantemente, um projeto utópico!".⁶⁸ Para instruir suas convicções sobre o tema expõe:

a) uma experiência pessoal:

Segundo o antigo costume da Universidade Charles, de Praga, o hino nacional do país da pessoa que está recebendo o título de doutor *honoris causa* é tocado durante a cerimônia de outorga. Quando chegou a minha vez de receber essa honraria, pediram-me que escolhesse entre os hinos da Grã-Bretanha e da Polônia ... Bem, não me foi fácil encontrar a resposta.

A Grã-Bretanha foi o país que escolhi e pelo qual fui escolhido por meio de uma oferta para lecionar, já que eu não poderia permanecer na Polônia, país em que nasci, pois tinham me tirando o direito de ensinar. Mas lá, na Grã-Bretanha, eu era um estrangeiro, um recém-chegado - não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho. Depois disso naturalizei-me britânico, mas, uma vez recém-chegado, será possível abandonar essa condição algum dia? Eu não tinha a intenção de que me confundissem com um inglês, e meus alunos e colegas jamais tiveram dúvida de que eu era um estrangeiro, mas exatamente um polonês. [...] Então, talvez devessem tocar o hino polonês? Mas isso também significaria um ato de fingimento: trinta e tantos anos antes da cerimônia de Praga eu tinha sido privado de minha cidadania polonesa. Minha exclusão era oficial, promovida e confirmada pelo poder habilitado a separar quem está 'dentro' de quem está 'fora', quem faz parte de quem não faz parte e assim eu não tinha mais direito ao hino nacional polonês ...

⁶⁷ LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.37-39.

⁶⁸ BAUMAN, Zygmunt. Europa: Uma aventura inacabada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.39.





Janina, minha companheira por toda a vida [...] encontrou a solução: por que não o hino da Europa? É verdade, por que não? Europeu, sem dúvida, eu era, nunca tinha deixado de ser nascido na Europa, pensando e sentindo como um europeu. Nossa decisão de pedir que tocassem o hino europeu foi simultaneamente 'includente' e 'excludente'. Referia-se a uma entidade que abraçava os dois pontos de referência alternativos da minha identidade, mas ao mesmo tempo anulava, por pouco relevantes ou mesmo irrelevantes, as diferenças entre ambos e assim, também, uma possível 'cisão identitária'.

Eu cito o pequeno episódio porque este reúne, resumidamente, a maioria dos dilemas inquietantes e das escolhas obsedantes que tendem a fazer da 'identidade' um tema de graves preocupações e agitadas controvérsias.⁶⁹

b) a surpresa do censo polonês face à dificuldade do povo em declarar a sua origem nacional pois em “cerca de um milhão de casos os funcionários falharam: os entrevistados [...] não entendiam o que era uma ‘nação’ nem o que significava ‘ter uma nacionalidade’”.⁷⁰ Apesar das pressões e boa vontade do governo, o povo se atinha

[...] teimosamente às únicas respostas que lhes faziam sentido: ‘somos daqui’, ‘somos deste lugar’, ‘pertencemos a este lugar’. Por fim, os administradores do censo tiveram de se render e acrescentaram ‘pessoas do lugar’ à lista oficial de nacionalidades.⁷¹

Há uma grande dificuldade do indivíduo “nacional” identificar-se como um “ser europeu”. Jacques Le Goff exemplifica essa argumentação ao narrar a experiência de um viajante:

[...] ele visitou, em menos de cinco horas de vôo (e muitas vezes, excetuando-se Rússia, em menos de três horas) ou em algumas horas de trem, países onde as pessoas falam línguas diferentes, não comem e não se vestem da mesma maneira, praticam religiões diferentes e se dizem turcos, russos, ingleses, alemães, noruegueses, poloneses, italianos ou espanhóis, mas quase nunca europeus. E, no entanto, eles são europeus. Então, nosso viajante se pergunta: A Europa existe? Ser europeu, o que isso quer dizer?⁷²

Entretanto, Hobsbawm assevera que não faz sentido, do ponto de vista histórico, entender uniformemente a Europa. Essa preocupação deve ser retirada da agenda europeia.

⁶⁹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp.15-16.

⁷⁰ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp.23-24

⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp.23-24

⁷² LE GOFF, Jacques. Uma breve história da Europa. Petrópolis: Vozes, 2008, p.17.





Procurar uma 'Europa' programática única, portanto, resulta em debates intermináveis sobre os problemas até agora não resolvidos, e talvez insolúveis, de como ampliar a União Europeia, ou seja, como converter um continente, que ao longo de sua história tem sido econômica, política e culturalmente heterogêneo, em uma única entidade mais ou menos homogênea.⁷³

Manuel Castells provoca um debate mais amplo ao afirmar que a “própria noção de Europa, baseada em uma identidade comum, é bastante questionável”.⁷⁴ Bauman e Judt aquiescem com o sociólogo espanhol.

Segundo Bauman, o europeu não sabe quem é e quem poderá ser. É taxativo ao afirmar que o europeu é “o único povo sem identidade”.⁷⁵ Para Judt, os europeus não se interessam pelas eleições supranacionais em face “da mentalidade não europeia verificada na maioria dos europeus.”⁷⁶

Não obstante Castells ser crítico quanto à existência de uma identidade europeia, afirma que ela poderá ser construída baseada num “programa de valores sociais e objetivos institucionais que agrade à maioria dos cidadãos sem excluir ninguém, em princípio.”⁷⁷ Também elenca os quatro alicerces sobre os quais a identidade europeia não poderá ser construída: 1. “com base no cristianismo, como aconteceu ao longo da história [...]”; 2. “com base na etnia numa época em que a Europa está ficando cada vez mais diversa em termos étnicos [...]”; 3. “tendo por alicerce a identidade nacional, embora a presença da identidade nacional seja necessária para o prosseguimento da unificação da Europa.”; 4. em defesa de uma identidade econômica “porque as principais atividades econômicas se tornaram globalizadas, e redes internacionais de produção articulam a União Europeia com o resto do mundo, a começar pela Europa Oriental e Sudeste Asiático.”⁷⁸

Eric Hobsbawm acrescenta à discussão sobre a construção de uma identidade europeia valores do materialismo histórico marxista. Defende o historiador inglês que:

⁷³ HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.241e pp.236-237

⁷⁴ CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.385.

⁷⁵ BAUMAN, Zygmunt. Europa: Uma aventura inacabada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.17.

⁷⁶ JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.768.

⁷⁷ CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, pp. 408-409.

⁷⁸ CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2007, pp. 408-409.





Na Europa, como em outros lugares, a fronteira universalmente mais conhecida entre civilização e barbárie passa entre os ricos e pobres, entre outras palavras, entre os que têm acesso aos luxos, educação e o mundo exterior, e o resto.⁷⁹

Como forma de enfrentar os desafios do multiculturalismo presente na Europa, o Parlamento e o Conselho da União Europeia, através da Decisão 1983/2006/CE, proclamou o ano de 2008 como o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”, com vista a contribuir para a materialização e visibilidade de um processo sustentado de diálogo intercultural que deverá prosseguir para além desse ano.”⁸⁰

4. CONCLUSÃO

A diversidade cultural europeia é uma realidade conflitante e um grande desafio na construção de uma identidade supranacional. O reconhecimento dessa diversidade e de que o cidadão foi alijado por mais de cinquenta anos do papel de protagonista são elementos essenciais para o sucesso da integração.

Não se trata, simplesmente, de impor a partir da edição de instrumentos jurídicos integracionistas, a reprodução das características que serviram de base na formação dos Estados nacionais no início da modernidade - pertencimento a uma mesma comunidade política legalmente organizada em torno de território, história, língua e cultura comuns - para um cenário supranacional.

A tarefa da construção de uma identidade europeia exige, previamente, em face do contexto histórico atual um necessário exercício coletivo (local, regional e nacional) de uma prática pedagógica de convivência harmônica com o outro que comunga valores

⁷⁹ HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.237.

⁸⁰ UNIÃO EUROPEIA. Jornal Oficial da União Europeia. DECISÃO Nº 1983/2006/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 18 de dezembro de 2006 relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:412:0044:0050:PT:PDF>. Acesso em 24/06/2020.





diferentes. Esse é o caminho para transcender a identidade nacional para uma “constelação pós-nacional”.⁸¹

5. REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Mediterranean Situations.** Disponível em <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean#_ga=2.138302067.21301544381592689225-1198640468.1592689225>. Acesso em 20/06/2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa: Uma aventura inacabada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CALHOUN, Craig. **O nacionalismo importa.** In PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H (Coords.). **Nacionalismo no Novo Mundo: A Formação de Estados-Nação no Século XIX.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAMPOS, João Mota de: **Direito Comunitário,** Lisboa, 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I, 1989.

CARNEIRO, Cynthia Soares. **O Direito da Integração Regional.** Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CEREXHE, Etienne. **O Direito Europeu – as instituições.** Lisboa: Editorial Notícias, 1985.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **CASE OF S.A.S. v. FRANCE. (Application no. 43835/11) JUDGMENT.** STRASBOURG. 1 July 2014. Disponível em <[http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-145466#{"itemid":\["001-145466"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-145466#{)>. Acesso em 24/06/2020.

⁸¹ HABERMAS, Jürgen. **A Constelação pós-nacional: ensaios políticos.** Tradução de Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.





FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Orgs). **O século XX - O tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalizações**. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FONTANA, Josef. **A Europa diante do espelho**. Bauru: Edusc, 2005.

FREY, Peter. Revista Consultor Jurídico. **Alemanha é dos países mais tolerantes da Europa**. 17 de junho de 2011. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2011-jun-17/ideias-milenio-peter-frey-jornalista-diretor-tv-zdf-alemanha>>. Acesso em 23/06/2020.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações. A invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Livros, 2005.

GROPPO, Luís Antonio. **A condição juvenil e as revoltas dos subúrbios na França**. Revista de Sociologia Política - UFSC. Política e Sociedade nº8, abril de 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1805/1564>>. Acesso em 15/06/2020.

HABERMAS, Jürgen. **A Constelação pós-nacional: ensaios políticos**. Tradução de Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua e outros opúsculos**, Lisboa: Edições 70, 1990.

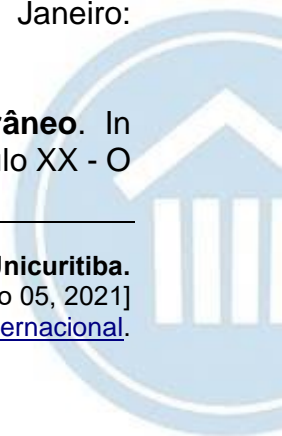
LAQUEUR, Walter. **Os últimos dias da Europa: Epitáfio para um velho continente**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

LE GOFF, Jacques. **Uma breve história da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANENT, Pierre. **A Razão das Nações: Reflexões sobre a Democracia na Europa**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MELLO, Celso Albuquerque. **Direito Internacional da Integração**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PAMPLONA, Marco Antonio. **A questão nacional no mundo contemporâneo**. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Orgs). **O século XX - O**





tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalizações. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PFETSCH, Frank R. **A União Europeia: história, instituições e processos**. Brasília: UnB, 2001.

RODRIGUES, Eduardo Raul Lopes. **O essencial da política de concorrência**. Disponível em: <http://elicarv.files.wordpress.com/2009/03/livro_ina.pdf>. Acesso em 22/06/2020.

SAINT-PIERRE, Abbé de. **Projeto para tornar perpétua a paz na Europa**. Brasília: IPRI/FUNAG, Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2003.

UNIÃO EUROPÉIA. **Sobre a UE. Países**. Disponível em https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt>. Acesso em 20/06/2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZÚQUETE, José Pedro. **Missionary Politics in Contemporary Europe**. p.36. (Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=7HsXCJBRZS8C&pg=PA36&dq=%22le+pen%22+%22clovis%22&hl=ptBR&ei=1rC0TtmfK4vBtgeo7azqAw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC4Q6AEwAA#v=onepage&q=%22le%20pen%22%20%22clovis%22&f=false>. Acesso em 24/06/2020.

